

A DESVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: o caso e o descaso na cidade de Boa Vista- RR

Georgia patricia da Silva¹

Márcia Teixeira Falcão²

Maria Aparecida Ferreira Barbosa³

Resumo

Este artigo se propôs analisar os patrimônios culturais e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista, mediante a identificação do descaso do poder público. A pesquisa foi realizada no centro histórico da cidade. A partir de observações em campo, registros fotográficos e entrevistas verificou-se que o abandono das edificações antigas vem resultando na descaracterização dos bens tombados, e a ausência de políticas públicas têm sido responsável pela “decadência” física e simbólica do patrimônio cultural. O processo de tombamento que prometia ser um modelo de preservação de interesse arquitetônico e histórico não pareceu funcionar. Faz-se necessário, urgentemente, uma revisão crítica das intervenções sobre os bens tombados, de modo a incluir e incorporar uma conscientização tácita e prática desse procedimento jurídico.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Valorização. Paisagem. Centro Histórico.

¹ Doutoranda em Políticas Públicas-UFMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, geoufpe@yahoo.com.br

² Mestre em Recursos Naturais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR marciatfalcao@oi.com.br;

³ Mestre em Educação, Ciências e Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR supercida14@yahoo.com.br

A DESVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: o caso e o descaso na cidade de Boa Vista- RR

Resumo

Este artigo se propôs analisar os patrimônios culturais e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista, mediante a identificação do descaso do poder público. A pesquisa foi realizada no centro histórico da cidade. A partir de observações em campo, registros fotográficos e entrevistas verificou-se que o abandono das edificações antigas vem resultando na descaracterização dos bens tombados, e a ausência de políticas públicas têm sido responsável pela “decadência” física e simbólica do patrimônio cultural. O processo de tombamento que prometia ser um modelo de preservação de interesse arquitetônico e histórico não pareceu funcionar. Faz-se necessário, urgentemente, uma revisão crítica das intervenções sobre os bens tombados, de modo a incluir e incorporar uma conscientização tácita e prática desse procedimento jurídico.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Valorização. Paisagem. Centro Histórico.

1 Introdução

Nas últimas décadas, constata-se que em várias partes do mundo estão sendo implementadas políticas urbanas que buscam (re) utilizar o centro antigo, em nome do desenvolvimento cultural, social e econômico. O esforço consiste em criar uma espécie de movimento cujo resultado seja a adesão da ideologia de que os núcleos fundantes da cidade, com todo o seu conjunto material e imaterial, devem ser valorizados por sua história e fonte de registro dos costumes e valores relacionados com o cotidiano e a vida de seus habitantes. História e memória são atributos da cultura dos povos que conferem identidade aos lugares.

Sabe-se que as cidades desempenham um importante papel, tanto como provedoras de emprego, moradia e serviços, e ao mesmo tempo seus elementos, tais como os patrimônios, tornam-se, referência da cultura, isto é, porta de acesso e (re) descobrimento e transmissão de conteúdos comunitários, para si e para o resto do mundo.

O processo de valorização do patrimônio se materializa de várias formas e com diversas intervenções. Essas intervenções proporcionam e reforçam uma reestruturação espacial e trazem novas exigências. Tal situação impõe uma maior atuação do poder público na regulamentação dos usos e da ocupação do solo para que o desenvolvimento urbano esperado proporcione melhoria de vida para a população local.

A cidade de Boa Vista-RR é bastante rica em atrativos naturais e construídos. Em relação ao patrimônio edificado possui um acervo que traduz a trajetória de colonização, imigração e luta em defesa da terra neste território. A maior concentração desses bens encontra-se no centro antigo, espaço de características singulares que representam parte da história dos boavistenses, mas com pouca valorização por parte do poder público e da própria sociedade.

De maneira geral, a população, bem como as instituições, ainda não foram conscientizadas da importância do patrimônio cultural, que vem passando por graves consequências negativas, como por exemplo: colapso das edificações antigas, aumento de processos destruição e abandono, além da descaracterização pelo uso de atividades comerciais.

O aumento da procura por espaços para habitação e comércio formal e informal acelerou de forma particular a destruição do patrimônio. Souza (2002) ressalta que os problemas urbanos fazem parte do cotidiano de toda cidade brasileira, independente de seu tamanho e localização. Hoje em dia, é comum presenciar, de maneira geral, que os antigos prédios são tombados, embora isso não resulte necessariamente numa preservação, uma vez que o Poder Público e a sociedade vêm se abstendo do seu dever de acompanhar e manter o patrimônio cultural (Silva *et al*, 2008).

Essa falta de gestão, entendida como “crise” dos espaços de memória, implica um processo de reflexão sobre a informação genética da cidade que sofre ameaças meio ao caos, carecendo de restauração e preservação, em função dos interesses particulares e da expansão urbana desordenada.

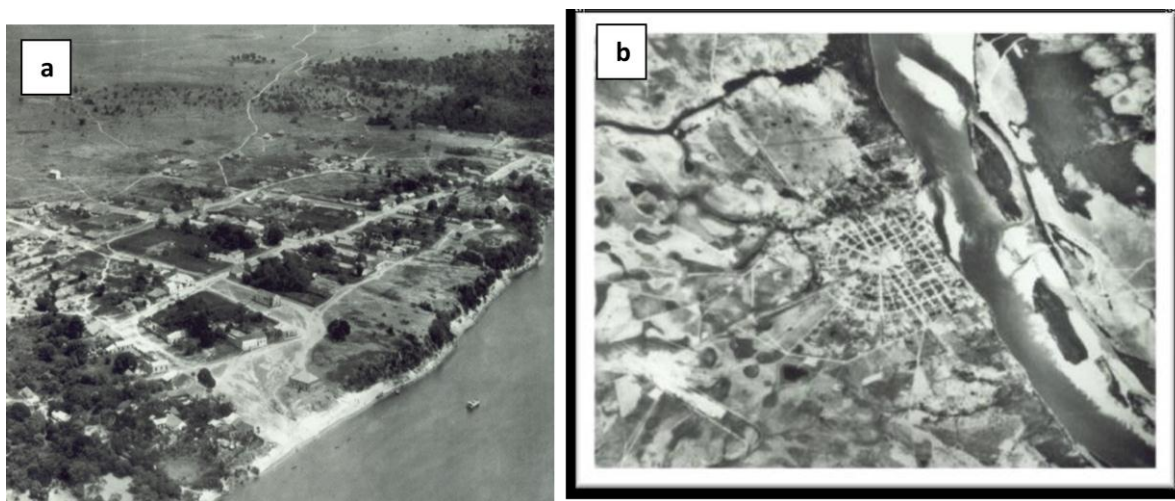
Este artigo se propõe a analisar os patrimônios e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista, mediante a identificação do descaso do poder público. O estudo justifica-se pela importância de incitar novos debates e discussões sobre a valorização dos bens de valor cultural e histórico, porque, além de ser uma fonte de conhecimento do passado, serve para testemunhar a cultura humana (GONZALES-VARAS, 2003) no futuro.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a priori, foi realizada uma revisão bibliográfica para aprofundar o tema em questão. No intuito de identificar os estágios físicos do patrimônio, foram feitas observações em campo, com registros fotográficos e entrevistas com servidores da Coordenação de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura da cidade de Boa Vista.

sanitários, pluviais, abastecimento de água, e energia elétrica, com sua rede distribuidora (MAGALHÃES, 1986).

Pavani e Moura (2006) relatam que Derenusson traçou Boa Vista no período de 1944 a 1946, provavelmente inspirado nas cidades de Belo Horizonte e Goiânia. O formato de leque da capital roraimense se destaca pela forma radial (figura 02).

Figura 02. a) Imagem do núcleo fundante do centro da cidade de Boa Vista na década de 1920; b) Traçados em forma de leque, na década de 1940.



Fonte: PAVANI; MOURA (2006)

Entre 1950 e 2007, a população do Estado de Roraima teve um crescimento populacional superior a 1000%. O crescimento demográfico ocorreu devido a ondas sucessivas de migrações, preponderantemente do norte e nordeste brasileiro. As mais expressivas ocorreram nas décadas de 70 e 80, com a descoberta do garimpo e com a entrega da BR 174, que interliga o Brasil à Venezuela, totalmente pavimentada, extrapolando as tendências da dinâmica socioambiental.

Esse aumento populacional exacerbado refletiu em complexas relações entre os processos de políticas urbanas e de desenvolvimento, o que gerou diferentes paisagens urbanas em Boa Vista: de um lado, tem-se a cidade previamente planejada, com ruas largas, arborizadas, sendo bem servida de infraestrutura, bens e serviços. Por outro lado, observa-se que a área que lhe dá origem foi perdendo o prestígio com a valorização de novos bairros. O próprio Estado, aqui no sentido lato, patrocina verdadeiros absurdos com a fragmentação urbana, privilegiando uns espaços por interesse imobiliários.

O crescimento urbano desordenado, acompanhado das mudanças bruscas no centro, tem como efeito a perda de referenciais da cidade e o conseqüente empobrecimento da sua “cultura”, retratados na desvalorização do patrimônio cultural. A relação direta entre patrimônio e cultura revela a mutualidade entre processos de construção de uma sociedade, onde a capacidade de carga simbólica é condensada e “conservada” pelo tempo.

A análise dessa relação coloca em primeiro plano a questão da valorização do patrimônio pela população, pelo poder público que, ao degradar as bases de uma parte da cultura, em termos concretos, reforça a falta de sensibilidade para as diferentes formas de registrar a tradição e os seus costumes.

Nesse sentido, há a necessidade de identificar as paisagens resultantes da não valorização do patrimônio da cidade de Boa Vista, a maioria concentrado à margem do Rio Branco, o que poderia favorecer o retardamento do processo de degradação e/ou extinção e, conseqüentemente, a transformação da paisagem induzida pela falta de concepção do valor patrimonial.

A Constituição ressalta que o poder público é responsável pela preservação do patrimônio cultural, estabelecimento os limites administrativos das cidades, incluindo o uso do espaço. Mas, na cidade de Boa Vista não se tem visto órgãos capazes de ordenar a correta utilização do patrimônio, principalmente, os que estão já estão ameaçados e sofrem contínuas agressões do tempo e da ação humana.

Cabe aos governantes desencadear processos de intervenção nessa realidade, a fim de reverter essa situação, conferindo assim, maiores condições para que sua paisagem não seja tão descaracterizada. Entretanto, a discussão sobre a paisagem não se esgota apenas na revisão da ambiência dos bens tombados, mas também nos processos que dão a sua permanência.

3 Paisagem: aspectos conceitos de apreensão do processo de dinamização urbana

O termo paisagem foi utilizado desde a Idade Média para denominar unidades territoriais. Cosgrove (1986) relata que surgiu no Renascimento para indicar uma relação entre os seres humanos e o ambiente.

Para Bertrand (1972: 2), a paisagem é uma determinada porção do espaço:

[...] o resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução [...]. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem natural” mas da paisagem total integrando todas as implicações das ações antrópicas.

A paisagem urbana neste contexto pode ser entendida com um conjunto de elementos que estão inter-relacionados em um processo dinâmico urbano, antrópico e ambiental, que sofre transformações, podendo ser (re)criada através do processo de aceleração do capitalismo, tornando-a vulnerável pelas atuais modificações econômicas existentes e a intervenções humanas, que são agentes atuantes nesse cenário urbano (PINHEIRO et al, 2008).

Os problemas urbanos cada vez mais apontam para o paradoxo de adaptar-se a um sistema que tem como condicionante o avesso dos pressupostos do discurso preservacionista. Talvez eles possam ser vistos, neste contexto, como um dos fatores que, historicamente, será responsável pela implosão de um sistema que não mais responde pelas necessidades emergentes, a partir do aparecimento contextual de organização e convivência social e de alternativas de produção econômica.

As características da urbanização brasileira fazem com que esse processo seja não só um fator gerador de problemas ambientais, mas um problema da cultura em si, já que a urbanização modifica todos os elementos da paisagem: o solo, a geomorfologia, a vegetação, a fauna, a hidrografia, o ar e, até mesmo, o clima. Desse modo, a urbanização não só cria novas paisagens, como novos ecossistemas (BRAGA; POMPEU, 2003). Hoje, a paisagem está comprometida pela progressiva urbanização que evolui a uma velocidade e direção diferentes, criando novas funções para o solo urbano.

4 Patrimônio cultural: a herança do tempo e do espaço

Nas últimas décadas, o patrimônio histórico e cultural em uma cidade vem recebendo grande atenção. E preservá-los ao longo do tempo pode manter viva a história de um grupo ou sociedade. Para Rodrigues (2001, p.16), o patrimônio representa a identidade local e, por mais diversa que seja a população, a sua criação serve como uma ponte que resume várias histórias em uma só. “O patrimônio refere-se às pessoas, às origens e à história de uma comunidade (PORTUGUEZ , 2004, p.8).

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o "patrimônio cultural brasileiro". Dispõe ainda que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais tais como: as formas de expressão, os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para Drummond (2004), o patrimônio humano ou artificial contempla os produtos da história, cultura e tradição, como construções históricas, museus, sítios arqueológicos e eventos e de maneira simplificada pode ser visto o “que é ou pode ser herdado”, podendo incluir tradições, eventos históricos, valores, coleções de arte, dentre outros.

Neste sentido, o conceito de Patrimônio Cultural, como enfatizou Drummond (2004), não se restringe apenas à arquitetura e a outros bens móveis, mas deve ser entendido de forma bem ampla, pois a ele pertencem também todas as manifestações culturais de um povo. Portanto, não se devem considerar apenas as manifestações das classes dominantes, mas também as expressões de todas as classes sociais, pois isto é o verdadeiro testemunho de uma civilização (PELLEGRINI FILHO, 1993).

Numa visão mais racional, o patrimônio que deveria ser preservado apenas para guardar a memória do local, passou para outra lógica de que ele também poderia servir como elemento de apreciação dos visitantes. O valor histórico passou a ser também valor econômico, podendo gerar mais lucros às cidades.

Na prática o patrimônio pode mobilizar os homens numa busca constante pelo autêntico (MacCannell, 1999). Tal como entende, preceitua o turismo que há um procura de lugares, junto a outros povos, em diferentes culturas, de experiências que não mais vivenciam em sua sociedade.

Hoje parece que todos os municípios estão despertando como uma das formas de saída econômica para o desenvolvimento municipal, principalmente através do turismo cultural que, por razões mais ou menos óbvias, é mais fácil de implementar porque a infraestrutura (asfalto, restaurantes, comunicações) muitas vezes está pronta e os atrativos também” (*apud* PORTUGUEZ, 2004 p.09).

A prática o incentivo do turismo segue em torno de debates que inaugura a reflexão sobre o caráter estandardizado e alienado das atividades culturais. De todo modo esse

processo que procura atrair novos usos dos espaços na tentativa de viabilizar o sistema econômico.

Mas, antes mesmo de explorar o patrimônio para fins econômicos, é preciso valorizá-lo para que ele não se descaracterize ou para que ele não seja esquecido. Valorizar um patrimônio é reconhecê-lo como parte de sua história, é aceitá-lo como um legado deixado pelos nossos antepassados, é viver esse passado que ele representa, difundindo sua história e o modo de viver de um povo. As iniciativas das entidades competentes devem direcionar para participação efetiva da comunidade no intuito de aceitá-lo como parte integrante da sociedade e conhecê-lo como símbolo do passado, ainda vivo, que precisa permanecer.

Ir a um sítio histórico representa uma viagem no tempo, que permite ao contemplador da paisagem uma experiência de contato emocional e físico com inúmeros equipamentos que remontam seu passado, dando mais sentido à história de sua vida, de sua família, de sua comunidade ou mesmo de seu país. (Portuguez, 2004, p.4):

Uma das formas mais conhecidas e legitimadas de valorização consiste no ato legal de tombamento, que surgiu com a necessidade de proteger os bens culturais. Rodrigues (2001, p.20) ressalta que “foi no conjunto dos esforços realizados, em especial o dos intelectuais modernistas, de conhecer, compreender e recriar o Brasil, que se desenvolveu essa ideia de proteção ao patrimônio.” De acordo com Bogéa (2007):

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo da população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

O tombamento segundo Rodrigues (2001, p.21) “continua a ser a forma mais predominante, embora muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas”.

5 Patrimônios abandonados de Boa Vista

A área central antiga de Boa Vista foi analisada no espaço geográfico delimitado pela pesquisa, numa perspectiva de codificação de mudanças ambientais. Esse esquema de codificação se processa, segundo Bogdan e Biklen (1999), como uma sequência de acontecimentos, mudanças de paisagens de um tipo ou gênero para outro. Desta forma, nos resultados encontrados identificou-se que muitos patrimônios estão abandonados,

descaracterizados em virtude do descuido do poder público e podem deixar de fazer parte do acervo da cidade. Dentre os 10 patrimônios visitados, serão apontados apenas cinco que chamaram mais atenção pela ação predatória que vêm sofrendo. O processo de tombamento que prometia ser um modelo de preservação de interesse arquitetônico e histórico não pareceu funcionar em Boa Vista. Eis o que vamos apresentar:

5.1 Catedral Cristo Redentor

A Catedral Cristo Redentor foi projetada em 1967 pelo arquiteto e engenheiro Cappa Bava e o Fiorent, ambos italianos (PAVANI E MOURA, 2006). Embora as obras tenham iniciado em 1968, a sua inauguração só ocorreu em 1872, na gestão de sua Santidade, o Papa João VI. A edificação tem o estilo moderno, com formas que contemplam três símbolos: uma harpa (cânticos religiosos), um navio (a barca de São Pedro) e uma maloca (nome da casa indígena local). As formas sinuosas só foram possíveis em virtude do concreto armado, que caracterizou uma construção arrojada à época (Figura 03).

Figura 03: Fotografia da Catedral Cristo Redentor



Fonte: Moura, 2009

A catedral possui uma arquitetura futurista, mas o seu estado de conservação está decadente, pois, além de o jardim do entorno se encontrar descuidado, com plantas secas, há muitas teias de aranha, a pintura está caindo, e não há segurança no recinto. De acordo com o Entrevistado A “O problema não é falta de “guarda” e sim o controle de alguns “desocupados” que escrevem nas paredes e sujam os bancos”.

5.2 Igreja de São Sebastião

Na área central, encontra-se a mais antiga igreja de estilo barroco, que teve a sua construção iniciada pela Sra. Guilhermina de Holanda Bessa e concluída por suas filhas, em função de um cumprimento de promessa feita ao Santo São Sebastião (PAVANI E MOURA, 2006). Apesar disso, só foi inaugurada em 1924, no dia do santo guerreiro (Figura 04).

Figura 04: Fotografia da Igreja de São Sebastião



Fonte: Moura, 2009

Essa igreja ainda resguarda as características originais, mas há muitas denúncias sobre situação de abandono, o que pôde ser evidenciado com a entrevista de um dos servidores da Casa da cultura, o qual admitiu o descaso da Prefeitura e Estado, com locais que têm importância histórica e cultural.

5.3 Casa da Cultura

Essa casa foi construída por Milton Miranda, na década de 40, e vendida ao Governo do Território do Rio Branco. Durante muito tempo, foi residência oficial dos governadores. Mas, com a construção do Palácio Hélio Campos, sede atual do governo, passou a ser sede de repartições públicas. Em 1994, foi tombada como Patrimônio Histórico Estadual e denominada de Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller (PAVANI; MOURA, 2006).

Figura 05: Fotografia da Casa da Cultura



Fonte: Autores, 2007

Durante esta pesquisa, funcionava ali uma repartição pública que dispunha de um acervo histórico do estado de Roraima, entretanto, recentemente, foi interdita pela Defesa Civil. Para o entrevistado C, “é triste de se ver uma obra cultural e histórica com essa relevância ser abandonada. Mas, não há incentivo financeiro nenhum, e sem condições mínimas teve que fechar, pois, até sua estrutura física foi interdita, já que o prédio pode cair a qualquer momento”. O Entrevistado A frisou: “o irônico nessa história é que essa era a casa dos governadores, mas agora nem os ratos podem ficar aqui”.

5.4 Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo

É uma das construções mais antigas da área central. A freguesia Nossa Senhora do Carmo deu origem ao nome dessa igreja. Em 1909, os padres Beneditinos, receberam a paróquia e fizeram um grande reforma, ou seja, construíram uma nova igreja, com características bem particulares, desvirtuando os modelos sacros comuns. Sua construção tem referenciais alemães, sendo assim a única igreja germânica da Amazônia.

Figura 06: Fotografia da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Autores 2010.

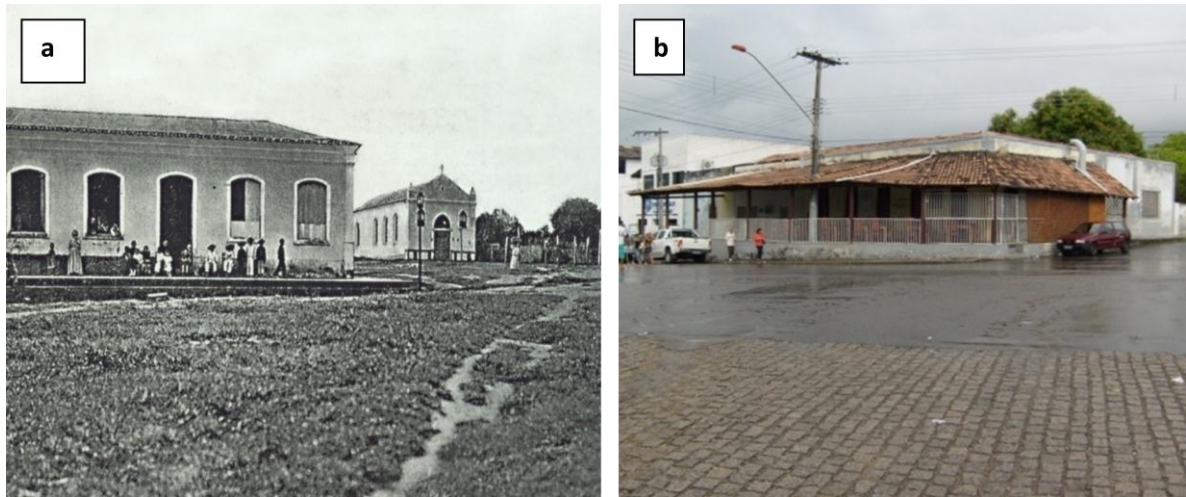
Em 2006, houve uma restauração da igreja, mediante uma parceria da Prefeitura, Diocese e Ministério da Justiça, sob o discurso de resgatar as características originais, o que resultou em grandes modificações, as quais geraram grandes discussões expostas na mídia. Conforme aponta notícia no Jornal local:

Prefeitura de Boa Vista inaugura hoje o Largo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e o Calçadão dos Pioneiros. As obras polêmicas iniciaram no final do mês de julho passado, e houve várias retaliações de munícipes e vereadores a respeito das modificações no patrimônio cultural da cidade (Inauguração..., 2009).

5.5 Fazenda Boa Vista (Meu Cantinho)

Acidade de Boa Vista começou como a “Fazenda Boa Vista”, fundada em meados de 1830 por Inácio Lopes de Magalhães. A abundância de água, os campos naturais e os buritizais que decoravam a paisagem local foram ideais para a pecuária (MAGALHÃES, 1986). A pequena cidade tinha, quase na íntegra, uma arquitetura colonial singela, que se destacava pelo seu apelo vernacular. Atualmente a sede da Fazenda da área onde funciona o restaurante “Meu Cantinho” nas proximidades da Igreja Nossa Senhora do Carmo (PAVANI; MOURA, 2006).

Figura 07: a) Fotografia da Fazenda Boa Vista construída no período Imperial; b) Restaurante Meu Cantinho.



Fonte: a) Pavani e Moura (2006); b) Autores 2009.

A construção original, em estilo tipicamente colonial (mesmo já tendo sido construído no período Imperial), vem se descaracterizando ao longo dos anos: em 1996, sofreu uma reforma; em maio de 2004, os proprietários realizaram novas intervenções físicas, retirando o piso original. Atualmente, a disposição antiga dos cômodos e janelas se encontra comprometida, não sendo possível reconhecer, no imóvel atual, a antiga aparência colonial.

6 Considerações finais

Faz-se necessário, urgentemente, uma revisão crítica das intervenções sobre os bens tombados, de modo a incluir e incorporar uma conscientização tácita desse procedimento jurídico, visto que o processo de tombamento, integrado à preservação da paisagem, pode indicar a proteção do elemento edificado por seu evidente vínculo com a origem da cidade.

A ausência do poder público tem sido responsável pela decadência do patrimônio e transformações das paisagens. Mas, a sociedade não está inerte às mudanças das paisagens físicas e visuais, e os meios de comunicação demonstram uma certa pressão dos indivíduos com a falta de responsabilidade das autoridades locais.

Essa desvalorização do patrimônio vem resultando na descaracterização dos bens tombados. O aumento dos prédios deteriorados pela ação do tempo e predatória do

vandalismo causa prejuízos sociais e econômicos, visto que serão necessários recursos para recuperá-los. Se a ação não for realizada em tempo hábil, isso pode ocasionar a perda da história da cidade.

Percebe-se, também, que os problemas do centro antigo conseguem ficar disfarçados, em função dos poucos estudos na área, à medida que há poucos elementos que manifestam ou denunciam o descaso com o patrimônio, ou seja, da história e identidade da cidade. Entretanto, muitas coisas podem ser feitas para reverter essa situação, e uma delas seria uma maior conscientização da sociedade em geral e a concretização de políticas públicas para a valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

7 Referências

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global, esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. N. 13, São Paulo: FFLCH/USP, 1972, p. 01-27

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teorias e métodos. Porto: Porto Ed., 1999.

BOGÉA, K. B. S. R., S. Pestana, R. G. **Centro Histórico de São Luís Patrimônio Mundial**, São Luís. 2007.

BORGES, J.D.; M., M.B.A; OLIVEIRA, J.P.J.; TIVERRON, D.F. ; GUIMARÃES, N.N.R., **Recomposição da vegetação das matas ciliares do rio Meia Ponte e córrego Samambaia na área da Várzea da escola de Agronomia da UFG**. Goiânia, Goiás, 1995.

COSGROVE, D. A. **A Geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Londres: Macmillan, 1986.

DRUMMOND, S., Introdução à Qualidade. In: DRUMMOND, S.; YEOMAN, I. **Questões de Qualidade nas Atrações de Visitação a Patrimônio**. São Paulo: Roca. 2004.

GASPARINO, D.; MALAVASI, V.C.; MALAVASI, M.M. Revegetação de Matas Ciliares na região oeste do Estado do Paraná. **Varia Scientia**, Cascavel, n. 2, p.121-129, 2001.

GONZALES-VARAS, Ignácio. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Cátedra, 2003.

INAUGURAÇÃO da praça será feita hoje – Reportagem do Jornal Amapá. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1061483&page=8>
Acesso em 01.06.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM PRODUTO 7 – Diagnóstico Municipal Integrado de Boa Vista, 2005.

MAGALHÃES, J. P. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e sua Defesa no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

- MacCANNELL, D. The tourist – a new theory of leisure class. Berkeley: University of California Press, 1999.
- PAVANI, J.; MOURA, G. Panorama fotográfico urbanístico e arquitetônico de Boa Vista. Brasília: Coronário, 2006.
- PINHEIRO, M.N.M.; FALCÃO, M.F.; OLIVEIRA, S.K.S. Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista – RR. In: SILVA, P.R.F.; OLIVEIRA, R.S. (Org.). **Roraima 20 anos**: as geografias de um novo estado. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.
- PELEGRINI FILHO, A. 1993, Ecologia Cultura e Turismo. Campinas, SP: Papirus.
- PENTEADO, Heloysa D. Meio ambiente e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2000.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo, Memória e Patrimônio Cultural. São Paulo: Boca, 2004.
- RODRIGUES, M. Imagens do Passado. A Instituição do Patrimônio em São Paulo. São Paulo: Unesp; Imesp; Condephaat, 2001.
- SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE RORAIMA - SEBRAE/RR. Elementos da iconografia de Roraima. Boa Vista, 2004.
- SILVA, P.R.F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. Tese (Doutorado) 329f. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SILVA, G P; Falcão, M. T; FERNANDES M. A. F; (Re)produção de imagens do centro antigo: divergências entre o discurso e a prática no Bairro Praia Grande. (Anais...) Fórum Internacional de Turismo do Igarassu, 2010.
- SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.